

Superior Tribunal de Justiça

PETIÇÃO Nº 13.006 - SP (2019/0285207-5)

RELATOR : MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO
REQUERENTE : CECILIA APARECIDA ZEFERINO DOS SANTOS
REQUERENTE : EDSON FERNANDO DOS SANTOS
REQUERENTE : CLINICA DE CIRURGIA PLASTICA MASAYUKI S/S LTDA.
ADVOGADO : RENATO DELLA COLETA - SP189333
REQUERIDO : BANPAR FOMENTO COMERCIAL E SERVICOS LTDA
ADVOGADOS : CYLMAR PITELLI TEIXEIRA FORTES - SP107950
MARCELO AUGUSTO DE BARROS - SP198248
FERNANDA ELISSA DE CARVALHO AWADA - SP132649

DECISÃO

1. Cuida-se de pedido de tutela de natureza cautelar formulado por Cecília Aparecida Zeferino e outros, objetivando concessão de efeito suspensivo a recurso especial - ainda não submetido ao juízo de admissibilidade, na origem -, interposto pelos ora requerentes em face de acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça de São Paulo, assim ementado:

SENTENÇA – Nulidade – Falta de fundamentação – Não configuração - Fundamentação *sucinta* ou concisa, mas que indique com clareza os motivos que levaram o juiz a decidir como decidiu, não é causa de nulidade – Preliminar afastada. EMBARGOS À EXECUÇÃO – Intempestividade – Hipótese em que somente um dos executados apresentou sua defesa tempestivamente – Sentença parcialmente anulada. CAMBIAL – Nota *promissória* – Título de crédito emitido livremente e dotado de literalidade, cartularidade – *Carência* da execução não verificada – Nota *promissória excutida* preenchida com o local e a data do vencimento e assinada pelo emitente – Presença dos requisitos de certeza, liquidez e exigibilidade – Improcedência dos embargos opostos à execução. BEM DE FAMÍLIA – Impenhorabilidade – Lei nº 8.009/1990 – Desacolhimento – Inexistência de elementos suficientes nos autos que demonstrem que o bem constricto serve de residência da coexecutada – Ônus probatório do devedor – Manutenção da sujeição do imóvel à execução. Recurso parcialmente provido para afastar a extinção do processo e, no mérito, julgar improcedentes os embargos opostos à execução.

Narram os requerentes que o Juízo de primeira instância determinou a imissão do recorrido na posse de bem de família, e que não procede o entendimento perfilhado pela Corte local acerca de o imóvel não ter essa natureza.

Dizem que, na verdade, juntou-se aos autos a cópia da partilha de bens do divórcio da requerente, demonstrando que o imóvel objeto da constrição e expropriação que se discute, foi o único bem destinado à sua moradia e de sua filhas.

Obtemperam que o Juízo de primeira instância deveria ter determinado

Superior Tribunal de Justiça

novas diligências para a apuração da impenhorabilidade, inclusive pelo fato de o recorrido não ter produzido essas provas.

Sustentam que, em sede de embargos de declaração, anexou outras provas que efetivamente comprovam que o imóvel era utilizado para moradia, tendo sido ignoradas pela Corte local.

Expõem que, na origem, foi negado efeito suspensivo ao recurso especial, e que estão presentes o perigo da demora e a fumaça do bom direito, pois a decisão recorrida contraria as provas constantes nos autos, no tocante à demonstração de que se trata de bem de família.

Ponderam que a atribuição de efeito suspensivo ao recurso especial não ocasionará nenhum dano ao recorrido.

O acórdão recorrido dispôs:

2.5. Quanto à impenhorabilidade do bem imóvel, tem-se que esta questão somente poderia ser alegada pela coexecutada Cecília, sob pena de violar o disposto no art. 18 do CPC/2015.

A despeito da já reconhecida intempestividade dos embargos à execução da coexecutada Cecília, a alegação de bem de família por ser matéria de ordem pública, pode ser alegada a qualquer tempo e por simples petição. Como esta questão somente foi levantada nestes embargos, pode ser conhecida e aqui analisada.

[...]

O juiz da causa entendeu que não havia provas da impenhorabilidade do imóvel (cf. fl. 532).

De fato, a coexecutada-apelante não comprovou que o imóvel constrito serve à residência sua ou de sua família, apresentando apenas a cópia de uma conta de luz recente (cf. fl. 584) e a cópia da sentença que homologou seu divórcio (cf. fls. 581-582).

A executada nem sequer foi citada no imóvel penhorado (cf. fl. 98 e fl. 175).

Embora ela tenha sido encontrada no imóvel em uma das tentativas de citação do coexecutado Edson, cujo endereço fora indicado pela credora na petição inicial, tal informação e a correspondência juntada aos autos não evidenciam a função residencial do bem.

A jurisprudência do C. Superior Tribunal de Justiça **reconhece ser incumbência do devedor** trazer aos autos a prova de que o imóvel penhorado atende aos requisitos da impenhorabilidade:

[...]

Como se vê, os elementos informativos produzidos nos autos não demonstram que o imóvel serve à residência da coexecutada e que os direitos a ele relativos poderiam ser protegidos pela impenhorabilidade.

É o relatório. Decido.

2. Para atribuição de efeito suspensivo a recurso especial, faz-se necessário

Superior Tribunal de Justiça

que, em razão da demora do trâmite normal do processo, a espera pela apreciação do mérito recursal seja apta a causar dano irreparável ou de difícil reparação ao recorrente, com risco à eficácia da tutela jurisdicional a ser entregue posteriormente (*periculum in mora*).

Ademais, o deferimento de efeito suspensivo ao recurso especial pressupõe plausibilidade das alegações deduzidas pelo requerente a revelar, em sede de cognição sumária, reais possibilidades de êxito do apelo extremo (*fumus boni iuris*).

Sobre o tema, o novo Código de Processo Civil, em seu art. 300 e parágrafos, assim dispõe sobre a tutela provisória de urgência:

Art. 300. A tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem **a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo.**

§ 1º Para a concessão da tutela de urgência, o juiz pode, conforme o caso, exigir caução real ou fidejussória idônea para ressarcir os danos que a outra parte possa vir a sofrer, podendo a caução ser dispensada se a parte economicamente hipossuficiente não puder oferecê-la.

§ 2º A tutela de urgência pode ser concedida liminarmente ou após justificação prévia.

§ 3º A tutela de urgência de natureza antecipada não será concedida quando houver perigo de irreversibilidade dos efeitos da decisão.

Confira-se:

AGRAVO INTERNO NO PEDIDO DE TUTELA PROVISÓRIA - AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER CUMULADA COM INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E MATERIAIS - DECISÃO QUE INDEFERIU O PLEITO LIMINAR ANTE A AUSÊNCIA DOS REQUISITOS PARA A CONCESSÃO DA TUTELA DE URGÊNCIA. IRRESIGNAÇÃO DA FINANCEIRA.

1. O uso da cautelar/tutela de urgência no âmbito deste Superior Tribunal de Justiça é medida excepcional que visa a impedir o perecimento do direito e a consequente inutilidade do provimento jurisdicional futuro.

2. **À concessão do efeito suspensivo aos recursos extraordinários, por meio de tutela de urgência, faz-se necessária a presença concomitante dos requisitos do fumus boni iuris e periculum in mora: o primeiro relativo à plausibilidade, aferida em juízo sumário, da pretensão recursal veiculada no apelo extremo (sua probabilidade de êxito) e o segundo consubstanciado no risco de dano irreparável que, em uma análise objetiva, revele-se concreto e real.**

3. Na hipótese, não restou demonstrada a presença concomitante dos requisitos referidos, porquanto além de o reclamo ter sido inadmitido na origem ante sólidos fundamentos, no mérito, são aplicáveis os óbices das súmulas 735/STF e 7/STJ, pois para o acolhimento da pretensão recursal, seria imprescindível promover o reexame do acervo fático-probatório dos autos.

4. Agravo interno desprovido.

Superior Tribunal de Justiça

(AgInt no TP 465/RN, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 20/06/2017, DJe 29/06/2017)

No caso, a Corte local apurou que "a coexecutada-apelante não comprovou que o imóvel constricto serve à residência sua ou de sua família, apresentando apenas a cópia de uma conta de luz recente (cf. fl. 584) e a cópia da sentença que homologou seu divórcio (cf. fls. 581-582)".

Salientou-se que "a executada nem sequer foi citada no imóvel penhorado (cf. fl. 98 e fl. 175). Embora ela tenha sido encontrada no imóvel em uma das tentativas de citação do coexecutado Edson, cujo endereço fora indicado pela credora na petição inicial, tal informação e a correspondência juntada aos autos não evidenciam" que se trata da afirmada moradia da recorrente.

Ademais, ainda que assim não fosse, no tocante à tese acerca de que o Juízo de primeira instância deveria ter determinado novas diligências para a apuração da impenhorabilidade, é bem de ver que o recurso da requerente não foi sequer conhecido, e muito embora a Corte local tenha apreciado, de ofício, a questão da impenhorabilidade, como visto, reputou suficiente o acervo probatório para, no ponto, firmar a convicção.

Com efeito, em uma análise perfunctória e ainda preliminar, no ponto referente ao suposto bem de família, só é possível cogitar-se em revisão da decisão recorrida mediante o reexame de provas, incidindo o óbice imposto pela Súmula 7/STJ ao conhecimento do recurso especial.

3. Ante o exposto, com base no artigo 34, inciso XVIII, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, indefiro o pedido de liminar e nego seguimento à presente petição vindicando a concessão de tutela cautelar.

Publique-se. Intimem-se.

Após, archive-se.

Brasília (DF), 07 de outubro de 2019.

MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO

Relator